

HABEAS CORPUS Nº 429.650 - SP (2017/0327526-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DOUGLAS OLIVEIRA CARVALHO
ADVOGADO : DOUGLAS OLIVEIRA CARVALHO - SP173613
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J M P (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPERVENIENTE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. LIMINAR CASSADA.

Habeas corpus prejudicado, cassando-se a liminar anteriormente deferida.

DECISÃO

Este *habeas corpus* impetrado em favor de **J M P**, que buscava a revogação da prisão cautelar decretada na sentença a fim de que o réu pudesse recorrer em liberdade, perdeu o objeto.

Em consulta à página do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, constatei que, em 12/2/2019, foi julgada a apelação criminal defensiva, tendo a Corte estadual negado provimento ao recurso. Na oportunidade, determinou-se o início da execução provisória da pena, expedindo-se mandado de prisão em desfavor do apelante, ora paciente.

Assim, diante dessas informações, tem-se que, com a *superveniência do julgamento da apelação*, fica prejudicado o writ anteriormente impetrado, uma vez que a medida, a partir de então, tem novo título judicial que alterou o cenário fático-processual (AgRg no RHC n. 40.342/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 5/11/2015).

Ainda nesse sentido: RHC n. 45.983/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 26/10/2015; AgRg nos EDcl no RHC n. 37.154/RJ, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 25/3/2015.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, cassando-se a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

